Teatro: um palco onde se aprende e ensina

Leandro Henrique Romão

Acadêmico bolsista do Museu Dinâmico Interdisciplinar e discente do Curso de Artes Cênicas da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.

leandrone_balboa@hotmail.com

Sônia Trannin de Mello

Orientadora e Prof^a Dr^a do Departamento de Ciências Morfológicas, Vice Coordenadora do Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. stmello@uem.br

Marcílio Hubner de Miranda Neto

Prof. Dr^o do Departamento de Ciências Morfológicas e Coordenadora do Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. hubnermar@gmail.com

Isabel Ferreira da Silva Chagas

Economista e voluntária do projeto Dramatizando a Cidadania Fiscal. isfchagas@gmail.com

Apoio: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Resumo

A Educação Fiscal e o controle social são temas que devem ser abordados com toda a sociedade como forma de aumentar a compreensão dos cidadãos sobre a importância social e econômica dos tributos, bem como na necessidade de participação de todo cidadão no acompanhamento do orçamento público, no estabelecimento de políticas públicas e no combate à sonegação e à corrupção. O projeto de Extensão “Dramatizando a Cidadania Fiscal” surgiu da busca de maneiras alternativas e atrativas para trabalhar essa temática. Tem como objetivo disseminar os princípios da Educação Fiscal e estimular os cidadãos a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, utilizando-

se do potencial educativo e lúdico do teatro com a peça “O Auto da Barca do Fisco”. A mensagem mais marcante do texto é a de que somos todos responsáveis pela sociedade que vivemos e que pequenas mudanças podem fazer a diferença. Possivelmente, a grande maioria dos expectadores que já assistiram a essa peça, também fizeram uma reflexão e talvez uma transformação em relação ao seu papel como cidadão. Dessa forma, entendemos que o teatro é muito mais do que um mero local de entretenimento, mas também um palco, onde se aprende e ensina.

Palavras-Chave: Educação Fiscal. Teatro. Ensino-aprendizagem.

Introdução

No Brasil, o tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades estatais e sua normatização está expressa no Sistema Tributário Nacional, regido por princípios constitucionais (BRASIL, 2009), contudo, grande parte da população brasileira ainda não sabe por que e para quê paga tributos.

A Educação Fiscal é uma proposta que visa instrumentalizar a sociedade para que os cidadãos possam ter noção do contexto em que vivem e de como podem colaborar para a melhoria da vida social. Segundo COSTA & NORONHA (2003), o controle social constitui uma forma de participação da sociedade nas decisões e avaliações.

A disseminação de conceitos de Educação Fiscal, como por exemplo: função social dos tributos, direitos e deveres do cidadão e fiscalização da aplicação dos tributos, contribui para combater o mau uso do dinheiro público e suas consequências sociais devastadores, além de favorecer o exercício pleno da cidadania na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

De acordo com TONELLA (2006) a participação social tem sido defendida como fundamental para o controle das contas públicas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, é considerada um marco para a participação social.

O projeto Dramatizando a Cidadania Fiscal, por meio da peça teatral “O Auto da Barca do Fisco” tem como objetivo a utilização da linguagem cênica para promover reflexões sobre o papel de cada cidadão no que diz respeito à correta utilização dos recursos públicos e se justifica por buscar maneiras alternativas e atrativas para trabalhar essa temática. (MUDI, s/d, Ser, s/d).

Metodologia

Atuam na peça, como voluntários, alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos da UEM e interessados da comunidade externa. As apresentações são realizadas em eventos específicos de Educação e Cidadania Fiscal e em semanas acadêmicas, congressos e feiras escolares. A peça é sempre precedida de palestra sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal e sobre o Controle Social. Mediante agendamento, é levada a crianças, jovens, adultos e idosos de inúmeras cidades do Brasil e das mais variadas formações, tais como alunos do ensino básico, universitários, servidores públicos, empresários, políticos entre outros.

Resultados e discussão

A participação no projeto tem permitido oportunidade única de experiência prática do uso do teatro como metodologia de ensino, além da possibilidade de vivenciar os bastidores e palco de encenação.

É por meio da arte, assim como da cultura, que o homem se distingue dos demais seres vivos. O teatro tem efeito benéfico tanto para quem faz quanto para quem assiste, pois envolve o espectador e o ator de formas distintas. O primeiro, com o conteúdo do que será representado, já do segundo, exige habilidade de memória, gesto e disciplina interna (COURTNEY, 2003).

O Auto da Barca do Fisco, em sua dramaturgia, apresenta uma linguagem acessível permitindo a quem assiste compreender conceitos de Educação Fiscal, função social dos tributos e ética de uma forma lúdica. O autor inspirou-se em duas peças teatrais: “O Auto da Barca do Inferno” de Gil Vicente, que à época, já criticava o modo distorcido de vários elementos da

sociedade e “O Auto da Compadecida” de Adriano Suassuna que, pela intervenção da compadecida, procura ressaltar o lado bom das pessoas, trazendo uma mensagem de esperança.

Segundo BOAL (2008) todo teatro é político, já que por definição, política são todas as atividades realizadas pelo homem. Afirma ainda que o teatro é certamente uma arma que, quando bem utilizada, é capaz de libertar.

Assim, nesta adaptação, diversos personagens, que representam membros da sociedade, são julgados pelos atos que tiveram antes de morrerem. Utiliza uma linguagem cômica para atingir diversos públicos, mas sempre traz junto informações sobre a importância da fiscalização da aplicação do dinheiro público, função social dos tributos, direitos e deveres do cidadão.

O personagem representado pelo aluno bolsista é chamado genericamente de “Auditor ruim”. Um auditor fiscal da República das Araucárias, que demonstra durante todo o seu julgamento, ter tido grande conhecimento sobre as funções do seu trabalho, sabendo inclusive a finalidade dos tributos, o que fica claro em uma de suas fala: *“Os tributos têm por finalidade proporcionar serviços públicos de qualidade para toda população, tais como serviços de saúde, educação, pavimentação de ruas, etc”*. Contudo, desdenha, inclusive, dos treinamentos que recebeu sobre Educação Fiscal.

Com um ar de arrogância deixa claro que não realizou corretamente o seu trabalho, mas não por incompetência, e sim por falta de interesse e respeito pelo cidadão brasileiro, como aparece em outra de suas falas: *“Que educação, que nada! Eu gostava mesmo era de multar, passear e fazer algumas comprinhas com meu “super” cartão corporativo”*. No texto esse personagem é punido, mas, infelizmente, nem sempre vemos, fora do palco, uma verdadeira punição às pessoas que não cumprem com suas obrigações.

O texto é dinâmico e continuamente reescrito. Sem perder a essência da adaptação, autor e elenco mantém a temática atualizada e encorajam os cidadãos a fiscalizarem os atos dos governantes e os gastos públicos. Encenada por voluntários, desde 2004, já alcançou um público de mais de

100.000 pessoas em 240 apresentações realizadas em diferentes Estados Brasileiros.

Considerações finais

A peça nos mostra que pouco mudou, em relação ao pensamento da civilização desde o século XVI até os dias de hoje, quanto ao dever de zelar pelos nossos direitos. Que não temos consciência de como deve ser aplicado o dinheiro público e assim sendo continuamos em um mundo de exploração e injustiça social.

Sentir que podemos colaborar e contribuir, por meio da participação neste projeto, para uma possível mudança no comportamento da sociedade em relação à função socioeconômica do tributo tem sido muito gratificante e tem permitido crescimento pessoal e acadêmico. A mensagem mais marcante do texto é a de que somos todos responsáveis pela sociedade que vivemos e que pequenas mudanças podem fazer a diferença. Possivelmente, a grande maioria dos expectadores que já assistiram a essa peça, também fizeram uma reflexão e talvez uma transformação em relação ao seu papel como cidadão.

Dessa forma, entendemos que o teatro é muito mais do que um mero local de entretenimento, mas também um palco, onde se aprende e ensina. O projeto busca, por meio do lúdico, disseminar conhecimento com intuito de melhorar o cenário em que vivemos atualmente.

Referências Bibliográficas

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Função social dos tributos / Programa Nacional de Educação Fiscal**. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009. 58p. (Série Educação Fiscal. Caderno 3). Disponível em:

http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/Edu_Fiscal2008/PDF/caderno_3.pdf

COSTA, A.; NORONHA, J.C. Controle Social na Saúde: construindo a gestão participativa. **Saúde em debate**. Rio de Janeiro, v.67, n.65, p.358-363, set./dez.2003. Disponível em:

http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/8%20Ensinodecienciasnasseriesiniciais/Ensinodecienciasnasseriesinicias_Artigo2.pdf

COURTNEY, Richard. Jogo teatro e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR (MUDI). **Espetáculos Educativos, Maringá**. Disponível em:

http://www.mudi.uem.br/index.php?option=com_sectionex&view=category&id=9&Itemid=98 Acesso em: 20 jul 2012.

MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR (MUDI). **O Auto Da Barca Do Fisco**. Maringá. Disponível Em:

http://www.mudi.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79:o-auto-da-barca-do-fisco&catid=51:o-auto-da-barca-do-fisco&Itemid=98 Acesso em: 20 jul 2012.

SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSÁVEL (SER). **O Auto Da Barca Do Fisco**. Maringá. Disponível Em:

<http://sermaringa.org.br/projetos/educacao-e-cultura/27032009-o-auto-da-barca-do-fisco/> Acesso em: 20 jul 2012.

TONELLA, C. **Poder Local e políticas públicas: o papel dos conselhos gestores**. Maringá-PR: Eduem, 2006.